



**ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO**

Parecer nº 288/2022

Referência: Processo nº 4.240/2022

Assunto: Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 028, de 08 de dezembro de 2022

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias

I - RELATÓRIO:

O Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 028, de 08 de dezembro de 2022, que *Dispõe sobre a taxa de autorização de ocupação do espaço público, taxa de licença para abate de animais, altera a Lei Complementar nº 148/2019 e a Lei Complementar nº 19/1995, e dá outras providências.*

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR:

Trata-se de Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, dispondo sobre a taxa de autorização de ocupação do espaço público, taxa de licença para abate de animais, altera a Lei Complementar nº 148/2019 e a Lei Complementar nº 19/1995, e dá outras providências.

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete:

“Art. 39. À Comissão de Economia, Finanças e Planejamento compete opinar sobre:

I – proposições e assuntos relativos ao planejamento municipal;



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

II – projetos de leis sobre Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual do município;

III – proposições e assuntos que concorram para aumentar ou diminuir tanto a despesa como a receita pública, inclusive os assuntos de competência de outras comissões;

IV – as atividades financeiras do município;

V – fixação e alteração de subsídio do prefeito, vice-prefeito e dos secretários municipais;

VI – fixação de subsídio de vereador e do Presidente da Câmara Municipal;

VII – fiscalização da execução orçamentária;

VIII – projetos referentes à abertura de créditos adicionais especiais ou suplementares;

IX – matéria tributária e empréstimos públicos;

X – proposições de assuntos relativos aos servidores públicos do município e seu regime jurídico;

XI – provimento de cargos públicos, estabilidade, aposentadoria, criação, extinção ou transformação de cargos, carreiras ou funções;

XII – a concessão de anistia ou isenção fiscal;

XIII – o Código Tributário Municipal;

XIV – o Código Administrativo do Processo Fiscal;

XV – proposições relativas à tomada de contas do prefeito e comunicação do Tribunal de Contas sobre ilegalidade de despesa decorrente de contrato.”

Analizando detidamente o que foi informado na Exposição de Motivos, verifica-se que o presente Projeto de Lei Complementar tem por objetivo regulamentar as normas sobre uso e ocupação do solo urbano.

Destacou-se ainda na Exposição de Motivos que a Constituição Federal de 1988 atribui competência aos Municípios para promover, no que couber, adequado



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano.

Logo, segunda o Autor, o presente projeto de lei complementar encontra-se no âmbito da competência do município de Cáceres.

A Lei Orgânica, prevê expressamente em seu inciso XII, do artigo 6º, o seguinte:

“Art. 6º Ao município compete prover a tudo quanto diga respeito a seu peculiar interesse e ao bem estar da população, cabendo-lhe, privativamente, as seguintes atribuições:

(...)

XII - planejar o uso e a ocupação do solo em seu território, especialmente em sua Zona Urbana;”

O Código Tributário Municipal prevê a *taxa de autorização de ocupação do espaço público*, prevista no artigo 163, que prevê:

“Art. 163. A Taxa de Licença para Localização (TLL) tem como fato gerador o exercício do poder de polícia do Município quanto ao cumprimento da legislação disciplinadora do uso e ocupação do solo urbano, segurança, ordem e tranquilidade pública.” (gf)

Analisando as particularidades do presente projeto de lei complementar, verifica-se que o artigo 14, prevê a tabela sobre os valores a serem cobrados da população cacerense, nos espaços públicos descritos neste projeto, a saber:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Art. 14. O cálculo da referida taxa de ocupação do espaço público, deverá ser calculado sobre a medida efetivamente utilizada pelo mobiliário, seguindo a presente tabela:

LOCAL	METRO QUADRADO (M²)	ÍNDICE
Logradouros no entorno da Praça Barão do Rio Branco	x	0,16 UFIC
Avenida 7 de Setembro toda extensão	x	0,16 UFIC
Avenida São João toda extensão	x	0,16 UFIC
Avenida Tancredo Neves toda extensão	x	0,15 UFIC
Rua Padre Casemiro no trecho compreendido da Av. Sete de Setembro até a rua dos Expedicionários	x	0,16 UFIC
Rua General Osório até Avenida Dep. Dormevil M da Costa Faria	x	0,16 UFIC
Avenida Getúlio Vargas toda extensão asfaltada	x	0,16 UFIC
Avenida Dep. Dormevil M da Costa Faria toda extensão	x	0,16 UFIC
Avenida Talhamares toda extensão	x	0,16 UFIC

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 028 DE 08 DE DEZEMBRO DE 2022
Avenida Brasil nº 119 – CEP-78.200.000 Fone Bairro Jardim Celeste – Cáceres – Mato Grosso.

Assinado por 1 pessoa: ANTONIA ELIENE LIBERATO DIAS
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://caceres.1doc.com.br/verificacao/4028-f275-1093-A>



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Rua dos Tuiuiús	x	0,16 UFIC
Marginais da Avenida São Luiz (BR-070) toda extensão	x	0,16 UFIC
Demais Localidades	x	0,075 UFIC

Em relação a taxa de licença para abate de animais, o artigo 15, do presente projeto de lei complementar prevê que:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

Art. 15. Revoga-se a tabela nº XI da Lei Complementar 148, de 26 de dezembro 2019, passando a vigorar para efeito do cálculo da taxa de licença para abate de animais passa a vigorar a seguinte tabela:

BASE DE CÁLCULO POR ANIMAL	ALÍQUOTAS EM UFIC
- Bovinos	0,15
- Caprinos	0,2
- Ovinos	0,2
- Suínos	0,2
- Coelhos	Isento
- Aves	Isento
- Peixes	Isento
- Outros	Isento

A Tabela n. XI, da Lei Complementar n. 148, de 26 de dezembro de 2019 (Código Tributário Municipal), prevê que:

TABELA XI

TAXA DE LICENÇA PARA ABATE DE ANIMAIS

BASE DE CÁLCULO POR ANIMAL	ALÍQUOTAS EM UFIC
- Bovinos	0,25
- Caprinos	0,2
- Ovinos	0,2
- Suínos	0,2
- Coelhos	Isento
- Aves	Isento
- Peixes	Isento
- Outros	Isento

Portanto, a municipalidade diminuiu **apenas a alíquota cobrada sobre os bovinos, reduzindo em 0,10 UFIC, onde de 0,25 UFIC, será cobrado agora 0,15 UFIC.**

Logo, este Relator vota pela **Aprovação** do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 028, de 08 de dezembro de 2022.



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
COMISSÃO DE ECONOMIA, FINANÇAS E PLANEJAMENTO

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:

A Comissão de Economia, Finanças e Planejamento acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela **Aprovação** do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 028, de 08 de dezembro de 2022.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 28 de dezembro de 2022.

Assinado de forma digital
por OZIOL BEZERRA DE
PAULA:79958141191
Dados: 2022.12.28
10:40:34 -04'00'

Isaías Bezerra
PRESIDENTE

Assinado de forma digital
por LUIZ LAUDO PAZ
LANDIM:486994
Dados: 2022.12.28
10:40:50 -04'00'

Luiz Landim
RELATOR

Assinado de forma digital por
FRANCISCO WELSON
AMARANTE DOS
SANTOS:984420071
Dados: 2022.12.28 10:47:06
-04'00'

Manga Rosa
MEMBRO